

*No dia 21 de novembro, ocorreu o quadragésimo aniversário da promulgação da carta magna do Concílio Vaticano II sobre a Igreja, a constituição dogmática Lumen Gentium. Esse documento efetiva um verdadeiro deslocamento eclesiológico em relação à doutrina da Igreja até então vigente, configurando um novo horizonte hermenêutico e experiencial do ser Igreja, assentado num igualmente novo contexto histórico, social, cultural, teológico, litúrgico e espiritual.*

*O caminho da renovação da doutrina sobre a Igreja é longo. As transformações ocorridas na sociedade européia nos séculos XVI-XVIII, desembocaram na crise que levou setores consideráveis da sociedade e do mundo cristão a afirmarem-se criticamente em relação à Igreja. Diante das teses do humanismo e renascentismo, a tendência da Igreja foi recolher-se em si mesma, em suas doutrinas e estruturas, firmando-se numa posição apologética e em confronto direto com as correntes questionadoras. O Concílio de Trento recusa realizar uma real revisão de doutrinas e estruturas na Igreja. Os tratados de eclesiologia apresentam a Igreja sobretudo no seu aspecto institucional, como organismo mediador de verdade e de graça, numa perspectiva apologética. O Vaticano I seguiu na mesma direção frente ao racionalismo, à revolução industrial, ao iluminismo, à revolução francesa, à criação dos estados modernos, apresentando a Igreja como sinal de credibilidade, que se afirma em sua origem divina, como um “milagre moral”. A manualística se encarrega de garantir essa eclesiologia por uma teologia neoescolástica e jurídica, definindo a Igreja como sociedade perfeita.*

*A partir do século XIX, a Igreja não mais possui poderes civis, o clero não tem mais privilégio em alguns países europeus, como França e Itália, e a separação Igreja-Estado abole a jurisdição secular do episcopado. Essa perda de poder e de prestígio foi mais favorável do que prejudicial, possibilitando à Igreja um processo de purificação, afirmando com mais convicção a sua dimensão espiritual. Esse fato contribuiu para que surgissem tentativas de ampliar a reflexão eclesiológica, agora redescobrimo o mistério mais profundo da Igreja, o seu caráter sobrenatural e místico, a sua relação com Cristo, do qual ela é o Corpo, e com o Espírito, que a anima. Ao mesmo tempo, criou-se a consciência de que a resposta a ser dada ao mundo moderno não podia ser apenas de autoridade, mas uma resposta que se enraíze nas forças autênticas da Igreja, na fé no Evangelho e numa nova concepção das relações internas, o que favoreceu o desenvolvimento do sentimento de igualdade e fraternidade, com consequências positivas para a compreensão do papel do leigo na Igreja.*



*Destacam-se os trabalhos de J.A. Mohler (sobretudo A Unidade da Igreja, 1825), seguido por G. Perrone, C. Passaglia, J.B. Franzelin, C. Schraeder, entre outros. Claro, esses teólogos deram a base para o Concílio Vat. I, ainda centrado na autoridade e na jurisdição. Mas suas intuições eclesiológicas desenvolveram também uma reflexão teológica e espiritual da Igreja que fará estrada com novas perspectivas eclesiológicas no século XX. Tal é, por exemplo, a dimensão cristológica da Igreja concebida como Corpo de Cristo, que encontra em E. Mersch e S. Tromp sua sistematização mais expressiva, acolhida pelo papa Pio XII em sua encíclica *Mystici corporis* (1943).*

*O impulso do despertar da eclesiologia no século XIX entra no século XX e faz deste “o século da Igreja”. O florescer de estudos bíblicos, patrísticos e históricos, desenvolveu métodos críticos que exigem uma revisão da compreensão da identidade da Igreja, em sua natureza e missão. Os movimentos litúrgico, bíblico, missionário, ecumênico, provocam transformações no significado da experiência eclesial vivida, apresentando o horizonte histórico-salvífico como o que impregna a comunidade eclesial com um dinamismo renovado, pela participação na liturgia, pelo contato direto com a Bíblia, pela nova consciência da missão do laicato, pelo diálogo com outras igrejas, religiões e a sociedade. Emerge a consciência da relatividade das formas de realização da Igreja na história. Destacam-se as contribuições de R. Guardini, Y. Congar, J. Danielou, H. De Lubac, K. Rahner, entre outros.*

*Estes são os teólogos do Concílio Vaticano II, que buscam superar definitivamente a perspectiva eclesiológica da manualística e as barreiras que haviam como que isolado a Igreja do mundo, buscando ajudá-la a ser “sal da terra e luz do mundo”, “fermento na massa”, na escuta do Espírito para discernir os “sinais dos tempos”, independente de qualquer forma de poder. O Concílio Vat. II foi, realmente, um fato eclesial, pela primeira vez universal, livre de condicionamentos políticos, com inspiração pastoral. Sua linguagem é eminentemente bíblica, sem definições abstratas, com uma visão atualizada e dinâmica da história da salvação. Não existem condenações nem definições solenes, mas um comportamento, uma atitude de aproximação, diálogo, serviço. Uma verdadeira reforma na/da Igreja.*

*É nesse contexto que se compreende a constituição dogmática *Lumen Gentium*, como a principal expressão da eclesiologia do Concílio Vaticano II. Recusando um primeiro esquema para o estudo da Igreja, que seria continuidade da eclesiologia do Concílio Vaticano I, os Padres conciliares apresentaram novas perspectivas que concentram os resultados dos últimos 40 anos, pelo menos, de reflexão eclesiológica. Promovem um verdadeiro deslocamento eclesiológico em relação aos concílios anteriores. A compreensão mistérica e sacramental da Igreja, comunhão de graça, torna-se o ponto de partida (cap.I). A Trindade é fonte e modelo da Igreja, pela realidade de comunhão explicitada nas relações entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo (LG 2-4), elemento identificador da natureza e missão da Igreja. O*



*mistério ganha concretude histórica na Igreja “povo de Deus” (cap. II). A Igreja apresentada na Lumen Gentium faz emergir do mistério o seu ser povo de Deus em sua sacramentalidade e em sua dimensão escatológica a caminho do Reino. “Povo de Deus” torna-se o conteúdo eclesiológico específico de todo o Concílio, e nele a Igreja compreende e explicita a sua verdade. Os aspectos institucionais e hierárquicos só encontram espaço na Igreja na medida em que se integram no horizonte do serviço ao povo de Deus. Assim, a hierarquia não mais é compreendida na perspectiva do poder, mas do serviço (cap. III). E a condição do laicato não é aquela de sujeito passivo na Igreja, simples objeto de cuidado da hierarquia, mas sujeito ativo e responsável (cap. IV). A Lumen Gentium aponta, desse modo, para a corresponsabilidade na missão por parte de todos os cristãos, clérigos e leigos, possuidores do sacerdócio comum proveniente do sacramento do Batismo, e da vocação universal à santidade (cap. V). No horizonte eclesiológico do “povo de Deus”, também a vida religiosa encontra sua especificidade como vocação de perfeição e de santidade (cap. VI). Isso mostra a índole escatológica da Igreja, em comunhão com a Igreja celeste (cap. VII), tendo Maria como o “tipo da Igreja na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo” (cap. VIII). Enfim, na relação com o mundo, não existe mais um confronto entre duas sociedades perfeitas, Igreja e Estado, mas uma relação interna ao povo de Deus composto por toda a humanidade (LG 14-16). A Igreja sente-se no coração da humanidade como “fermento na massa” (GS 40-45).*

*Conclui-se facilmente que a Igreja apresentada na Lumen Gentium não tem a mesma forma de expressão da Igreja dos séculos anteriores. Supera-se a unidimensionalidade e o eclésiocentrismo. A Igreja não receia mudanças, não se enclausura em universos institucional ou doutrinariamente absolutizados, põe-se na dinâmica do Espírito que “renova todas as coisas”. Na relação entre Reino de Deus e Igreja, esta é “sacramento/instrumento” daquele (LG 1); na alteridade entre Igreja de Cristo e tradições eclesiais, as instituições históricas da Igreja Católica expressam a Igreja de Cristo sem com ela se identificar com exclusividade (LG 8). O princípio da subsidiariedade impede abusos no exercício do poder; e o diálogo, a comunhão e a inserção no povo de Deus são expressões essenciais da vitalidade da Igreja. E isso ela recebe de Cristo, a Luz dos Povos, em diferentes formas de expressão nas diferentes regiões e ambientes, mostrando que o ser plural da Igreja lhe é característico, integrando comunhão no conteúdo da fé e diversidade de expressões, como desejou o papa João XXIII na abertura do Concílio. Lógico, tensões continuam existindo, e a Lumen Gentium não resolveu todos os conflitos provenientes das diferentes correntes de pensamento sobre a Igreja. Assim é com a relação entre hierarquia e laicato, Igreja e mundo, por exemplo. Mas para avançar é preciso tomar a direção apontada pela constituição conciliar, desenvolvendo os elementos que ela apresenta como configurativos do ser e agir da Igreja para os tempos de hoje.*



Encontros Teológicos *quer celebrar os 40 ANOS da Lumen Gentium, dedicando a presente edição para reflexões que possibilitam o aprofundamento da compreensão da Igreja por ela proposta. Contribuindo com os esforços que vão na direção de uma releitura atualizada desse documento conciliar, Antônio José de ALMEIDA apresenta uma Igreja em transição, Hélcion RIBEIRO nos ajuda a compreender a Antropologia da Lumen Gentium, Ney Brasil PEREIRA apresenta A Bíblia na Lumen Gentium e José BESEN desenvolve A liturgia, mistério da Igreja. No mesmo horizonte eclesiológico da constituição conciliar e tendo presente as atuais diretrizes da evangelização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Agenor BRIGHENTI faz uma pertinente análise da relação entre Pessoa, Comunidade e Sociedade. Este autor oferece também elementos para uma Análise de conjuntura da Igreja em Santa Catarina. Esta edição de Encontros Teológicos traz, ainda, uma crônica de Dom Eusébio Oscar SCHEID, Dialogando com o conterrâneo Dom Jaime de Barros Câmara. Seguem Recensões, Crônicas e Correio do Leitor.*

*Nosso intento é, na consciência da hora histórica em que vivemos, provocar uma retomada da Lumen Gentium, para que a Igreja assuma a fisionomia que lhe é proposta pelo Concílio Vaticano II.*

*E.W.*